

SXIL



Jornal Interescolar

N.º 4 - 2017 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Edição da Câmara Municipal do Seixal



**Escola pública - de todos
para todos**

Editorial

A universalização do direito à educação constitui uma das concretizações mais significativas da Revolução do 25 de Abril de 1974. A escola pública é a escola para todos. Enquadra os princípios da universalidade, da inclusão e da igualdade.

Este foi o tema escolhido para o *Jornal Interescolar* do ano letivo 2016-2017, um trabalho coletivo sobre a escola pública, em que participam 65 alunos e 17 professores de 7 escolas do ensino secundário e básico do concelho do Seixal que abordaram o ensino artístico, a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e alunos portadores de deficiência, a escola aberta a todos, a escola do passado e do futuro e a construção da escola pública enquanto projeto estruturante de desenvolvimento numa sociedade humanista que procura corresponder aos valores da democracia, da liberdade e da solidariedade.

Enquanto projeto político que resultou da Revolução de Abril, a universalização do direito à educação foi uma das conquistas mais notáveis e significativas do regime democrático. Só assim foi possível tirar Portugal do atraso estrutural em que se encontrava como resultado dos anos da ditadura que empobreceu e amordaçou o país durante 40 anos.

Naquele tempo nem todos podiam ir à escola e não havia escola para todos. O ensino universitário estava destinado às elites, as crianças portadoras de deficiência não frequentavam a escola, as raparigas abandonavam os estudos mais cedo para casar e constituir família – hoje em dia as qualificações mais elevadas são, em regra, detidas por mulheres, as quais representam cerca de 60% da população com o ensino superior completo.

Gostaríamos, por fim, de saudar os alunos e professores das escolas que, através da sua participação no *Jornal Interescolar*, contribuíram para uma reflexão sobre a importância e a valorização da escola pública. O conhecimento que adquiriram sobre esta matéria, agora ao alcance de todos através da sua publicação no *Jornal Interescolar*, é mais uma prova da qualidade do ensino público e de como o trabalho coletivo contribui para reforçar a convicção de que sem educação não há liberdade, igualdade, desenvolvimento, solidariedade, responsabilidade e progresso social – condições fundamentais para a participação democrática na vida coletiva.



Joaquim Santos

Presidente da Câmara Municipal do Seixal

Escola Secundária Manuel Cargaleiro

O ensino artístico na

As artes são elementos indispensáveis ao desenvolvimento da expressão pessoal, social e cultural das crianças e jovens, influenciando o modo como se aprende, como se comunica e como se interpretam os significados do quotidiano. Desta forma, contribuem para o desenvolvimento de diferentes competências, refletindo-se no modo como se pensa, no que se pensa e no que se produz com o pensamento.

O ensino artístico antes do 25 de Abril

O artista, no Portugal de 1933, era o símbolo da desvalorização e do desprezo permanentes; era visto através de um olhar mesquinho e vil. Eis, pois, a forma com que António de Oliveira Salazar acolhia o sangue quente da apaixonada geração de artistas do século XX: enleava-lhes as asas, cerzindo e repudiando tudo e tudo que tentasse dar voz ao sopro criador.

Perante este cenário de sombra e ignorância, os nomes portugueses que desejassem completar a sua formação artística faziam-no por meio de influências e contactos com personalidades exteriores, pertencentes aos eminentes movimentos artísticos que desabrochavam na Europa Ocidental. Assim, num país em que a repressão e a censura abafavam a liberdade de expressões, o ensino da arte ficou severamente afetado. Note-se que Salazar implementou, nas escolas, um currículo que privava os alunos, independentemente da sua faixa etária, de qualquer proximidade com o univer-

so criativo. Esta castração contribuiu, nem mais, nem menos, para o «barricar» de sentimentos, emoções, vontades, fúrias... que, mais tarde, desencadeariam a Revolução, o despertar para a liberdade, nesse dia glorioso que foi o 25 de Abril de 1974.

O ensino artístico após o 25 de Abril

Vivemos, desde então, um tempo pós-revolução marcado pelo espírito crítico, pela criatividade, pelo «renascer», enfim, por valores primordiais que, ao tocarem as gentes agrilhoadas, as

despertaram para manifestações reais da sua verdadeira essência.

Na Lei de Bases do Sistema Educativo, a arte assume-se como uma componente integrante. A educação artística, no ensino básico, desenvolve-se, maioritariamente, através de quatro grandes áreas artísticas, presentes ao longo dos três ciclos: Expressão Plástica e Educação Visual; Expressão e Educação Musical; Expressão Dramática/Teatro; Expressão Físico-Motora/Dança.

No 1.º ciclo prevê-se que as quatro áreas sejam trabalha-



escola pública

das, de forma integrada, pelo professor titular, podendo este ser coadjuvado por professores especialistas. No entanto, na maioria das escolas portuguesas isto não se verifica, sendo as áreas artísticas (música, dança, expressão plástica, etc.) remetidas para o extracurricular (Atividades de Enriquecimento Curricular). No 2.º ciclo verifica-se um aprofundamento nas áreas de Educação Musical, Educação Visual e Educação Tecnológica. No 3.º ciclo permanece a Educação Visual como disciplina obrigatória e é introduzida uma disciplina (que pode ser artística ou não) como oferta de escola. No ensino secundário, apenas os alunos que escolhem os cursos de Artes Visuais têm acesso ao ensino artístico. A escolha de outras áreas artísticas apenas existe em escolas especializadas que nem sempre têm um acesso fácil ou então em coletividades locais que disponibilizam aos cidadãos atividades nas mais diferentes áreas.

O ensino artístico no concelho do Seixal

No concelho do Seixal, o ensino artístico público está limitado à aprendizagem da música e resulta de uma parceria estabelecida entre a Escola de Música do Conservatório Nacional e a Câmara Municipal do Seixal, que permitiu que a 27 de novembro de 2013 fosse inaugurado o Polo do Seixal da Escola de Música do Conservatório Nacional (EMCN), na antiga creche da extinta fábrica Mundet.

O concelho do Seixal é, tal como refere a coordenadora

do Polo do Seixal da Escola de Música do Conservatório Nacional, Solange Silva, conhecido como sendo uma terra de músicos, justificando o que levou a EMCN a optar por esta cidade à beira-rio plantada, berço de inúmeras bandas filarmónicas. Tendo em conta esta realidade, o Polo do Seixal dispõe exclusivamente do ensino de instrumentos de sopro: clarinete, fagote, flauta transversal, oboé, saxofone, trompa, trompete e tuba: (com exceção do contrabaixo, de cordas), promovendo, assim, a herança filarmónica do concelho. O polo tem atualmente quinze professores e cinquenta alunos. Estes frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, nas escolas públicas do concelho. Este ano, foi introduzido pela primeira vez o 1.º

grau do curso oficial, correspondente ao quinto ano do ensino básico, como solução para o grande número de desistências na passagem do 4.º ano da iniciação para o 1.º grau, devido à falta de disponibilidade das famílias para assegurar o transporte dos alunos para a sede, em Lisboa. «O nosso objetivo é abrir uma turma do 2.º grau [no polo] já no próximo ano letivo», acrescentou Solange Silva.

Para além desta oferta, e tal como acontece em muitos outros concelhos do país, os cidadãos (crianças, jovens ou adultos) que querem aprender ou continuar a aprendizagem de determinada arte têm que recorrer a algumas coletividades que, gratuitamente ou a custo reduzido, disponibilizam diversas áreas artísticas, tais como

música, dança, pintura, teatro, fotografia entre muitas outras.

Para ficarmos a conhecer um pouco melhor esta realidade, visitámos duas coletividades do nosso concelho, embora muitas outras existam e estejam a desenvolver um trabalho extraordinário, colmatando o melhor possível a ausência do que deveria ser público, de qualidade, gratuito e para todos.

Independente Futebol Clube Torrense

O Independente Futebol Clube Torrense (IFCT) é uma coletividade situada na Torre da Marinha, que iniciou a sua atividade a 12 de fevereiro de 1925. Para além de atividades desportivas, integra uma escola de música e de dança, desenvolvendo três tipos de cursos: curso de

instrumento: bateria, flauta transversal, piano; cursos livres: formação musical, coro infantil; ballet, dança criativa, barra de chão; hip-hop, dança contemporânea; curso de fotografia, entre outros.

Sociedade Filarmónica Operária Amorense

A Sociedade Filarmónica Operária Amorense, fundada em 28 de junho de 1898 e situada em Amora, tem uma escola de música, frequentada por cerca de 25 alunos, com idades compreendidas entre os 8 e os 18 anos, que aprendem solfejo, guitarra, piano, instrumentos de sopro e de percussão. O objetivo desta formação é a preparação destes jovens para a futura integração na banda filarmónica da coletividade.



Escola Secundária João de Barros

Neste trabalho a ideia de escola pública de todos para todos é transmitida: primeiro pelas duas figuras que representam, neste caso, os estudantes. Do lado esquerdo a negro e o da direita a branco. Têm estas cores pois é através delas que a ideia de que todas as etnias estão unidas (não existe discriminação ou preconceito). As duas figuras estão próximas uma da outra, dando a sensação de mãos dadas. Os braços mais abaixo encontram-se numa posição como estivessem a acolher, a oferecer e a dar.

A escola é representada através da junção das figuras pois ela é constituída por todos. Ainda dentro da escola encontram-se as diferentes áreas de estudo, como por exemplo ciências, artes, medicina...

E assim é transmitida a ideia de todos (figuras humanas) para todos (braços abertos).

Pedro Dias Timóteo, 11.º F



Não foi fácil arranjar uma ideia para trabalhar sobre o tema «Escola Pública de Todos para Todos». Depois de muito pensar e rabiscar, decidi levar avante a primeira ideia que me tinha ocorrido.

O meu trabalho simboliza a liberdade universal para o conhecimento. Quando penso em «escola», penso num livro como símbolo e elemento essencial da educação, pois é através dele que adquirimos conhecimento e que aprendemos. O livro ocupa o centro da folha, simbolizando a aprendizagem e a educação. Não é um livro qualquer, é um livro vazio, um livro em branco que poderá ser preenchido com inúmeros saberes – o vazio significa que todos podem aprender qualquer coisa, todos têm com que o preencher.

Desenhei cinco mãos com tez diferente que correspondem às diferentes origens deste vasto mundo. As mãos agarram o livro, agarram o conhecimento a que todos devem ter acesso.

Independentemente da origem, da cor da pele ou da religião, o conhecimento está nas minhas e nas tuas mãos. O mundo precisa de jovens cultos e curiosos porque somos o futuro.

Sem escola pública, sem educação, não há presente, nem futuro.

Mariana Barreiros, 11.º F

O meu trabalho teve como objetivo representar a união de todos através da observação de mãos dadas de diferentes culturas. No círculo menor, as áreas estão divididas pelas mãos, demonstrando que o conhecimento está ao alcance de todos. Assim, aplica-se o tema do jornal «Escola Pública de Todos para Todos». O círculo maior é só uma questão de estética.

Esmael, 11.º F



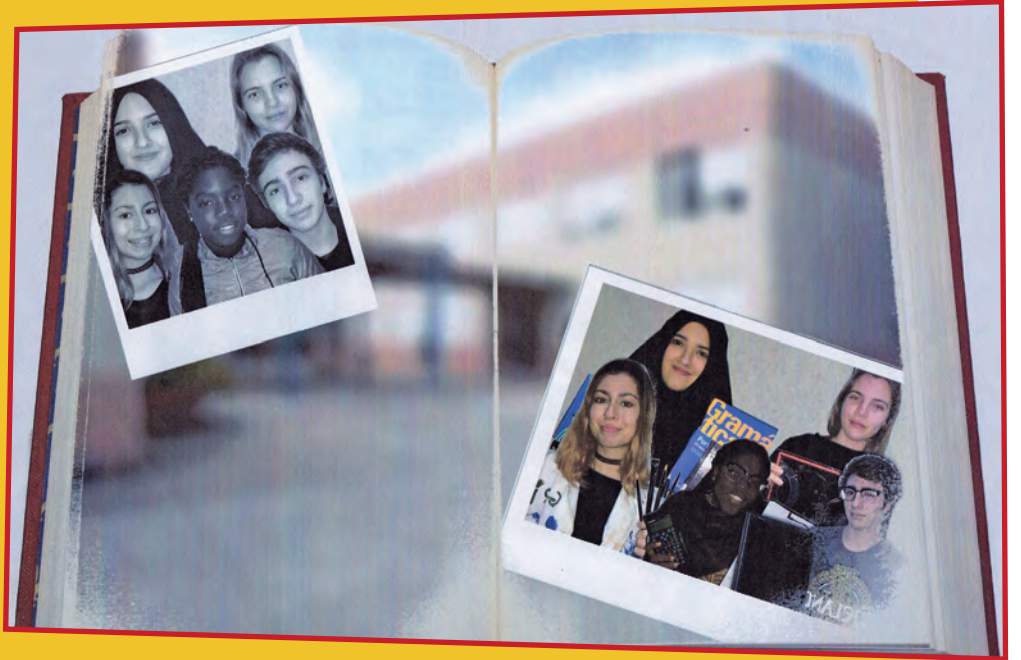
A nossa proposta para a capa do jornal retrata, na perfeição, o tema «Escola Pública de Todos Para Todos», não só por termos incluído os cinco continentes (América, Europa, Oceânia, Ásia e África), mas também por termos incluído os quatro cursos científico-humanísticos (Ciências e Tecnologias, Artes Visuais, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades) e um curso profissional muito recorrido, Informática.

Escolhemos um livro, pois representa o saber e a escolaridade. Para completar a imagem, utilizamos a nossa escola para o fundo do livro.

As duas fotografias, a preto e branco e a cores, simbolizam o passado e o presente, respetivamente.

Nos cantos das páginas, colocamos um pormenor que dá não só a ideia de antiguidade, como também informa que a escolaridade e o aprender não têm idade.

Beatriz Silva, Jecilente Dantas, João Falamino, Mónica Moura 11.º F



Na minha representação do tema, «Escola Pública de Todos para Todos», eu procurei fazer uma representação direta que fosse de fácil compreensão mas, ao mesmo tempo, algo que demonstrasse empenho e trabalho da minha parte. Para começar, decidi colocar uma imagem da minha escola, Escola João de Barros, devido a ser uma escola pública e enquadrar-se no tema. Posteriormente, escolhi quatro meninas da minha turma, todas com tonalidades de pele diferentes. Após editar os rostos, juntei-os todos, de maneira a fazer um só rosto. De seguida, peguei numa fotografia de uma camisola para pôr na figura. Escolhi uma cor viva de modo a realçar o nome do tema que foi colocado em cima dessa mesma peça de roupa. No fundo, fiz um *degradê* entre a imagem da escola e o fundo para ficar uniforme e parecer unido.

Diogo Alexandre Corado, 11.º F



No presente trabalho, eu incorporei quatro rostos de pessoas diferentes, tendo optado por duas colegas de turma e dois professores, com o intuito de representar pessoas com idades e profissões diferentes, mas todos com um tronco comum: o direito à educação e à oportunidade de aprender. Neste quadro, denotam-se a cumplicidade e a diversidade de etnias que encontramos numa escola pública, onde alunos, professores e funcionários participam no desenvolvimento do país, pois só uma população instruída pode promover uma coesão social. O quadro transmite, ainda, o respeito que deve existir numa escola, uma «Escola Pública de Todos para Todos», em que o livro representa a jornada de cada indivíduo no ensino. As páginas brancas do livro transmitem a ideia de que cada ser tem a obrigação de o preencher, à medida que vai caminhando. Os símbolos e letras que caem do céu escuro simbolizam o saber, o conhecimento e as lições de vida transmitidos pelos professores. Sair da escuridão (cor negra) e promover o saber reduz as desigualdades e desenvolve o espírito crítico e consolida a autoestima e a personalidade.

Matilde Santos, 11.º F

Escola Secundária Dr. José Afonso, autores do texto: Laura Fernandes, Laura Santos, Rita Oliveira – alunas do 7.º ano

Quando eu andava na escola

No tempo em que eu andava na escola, ia a pé, percorria três quilómetros e demorava uma hora. No inverno, na zona onde eu vivia, nevava muitíssimo. A neve atingia um metro e meio de altura. No meu primeiro ano, eu era muito pequenina, media apenas um metro e vinte e, num dia frio de inverno, durante o percurso para chegar à escola, fiquei completamente enterrada na neve. Acabei por ser salva por um pastor que por ali passava e ouviu os meus gritos de aflição.

Já na primavera havia muito musgo e, no percurso que eu fazia, passava por uma espécie de floresta onde havia grandes pedregulhos. Um dia, aventurei-me, subi a um pedregulho e escorreguei, bati com força com a cabeça e desmaiei. Acabei por ser salva, uma vez mais, por um pastor que por ali passava. Digamos que eu não era uma criança sossegada. Entrei na escola com sete anos e andei até à quarta classe, pois os meus pais não tinham condições financeiras para eu continuar a estudar.

Tive duas professoras, uma delas era razoável, mas também tive uma muito má que castigava os seus alunos. Havia na turma um menino que tinha muitas dificuldades em aprender e, sempre que esse menino se enganava, a sua professora batia-lhe com uma espécie de cana muito fininha e curta o que lhe causava muitas nódoas negras. Outros castigos eram

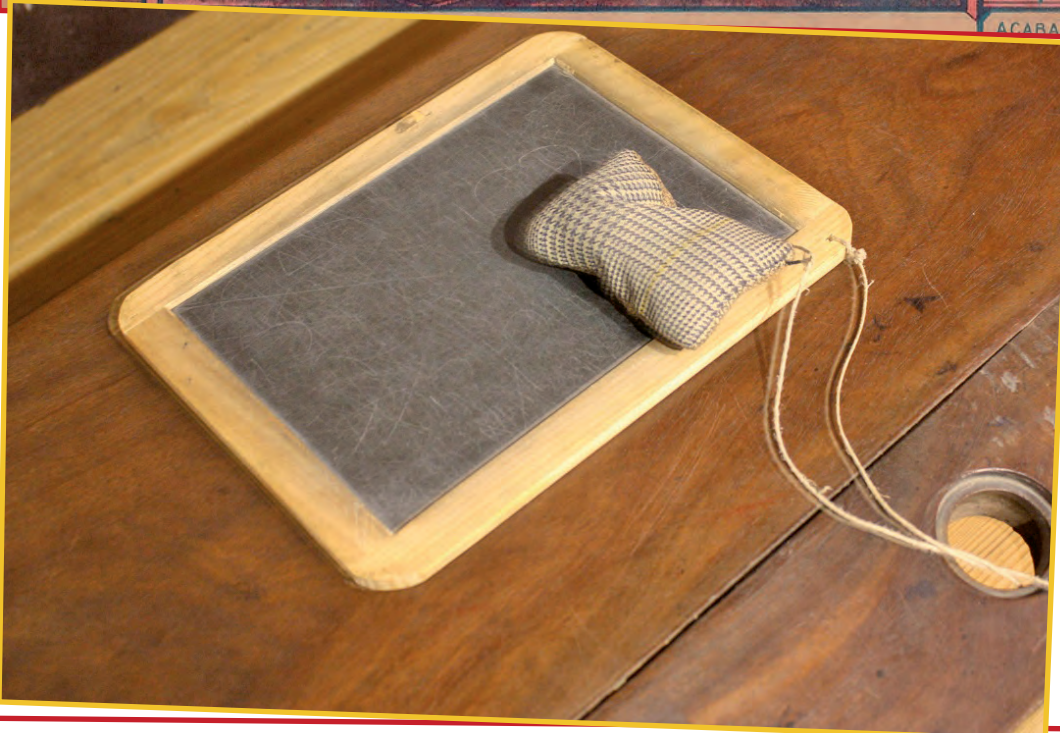
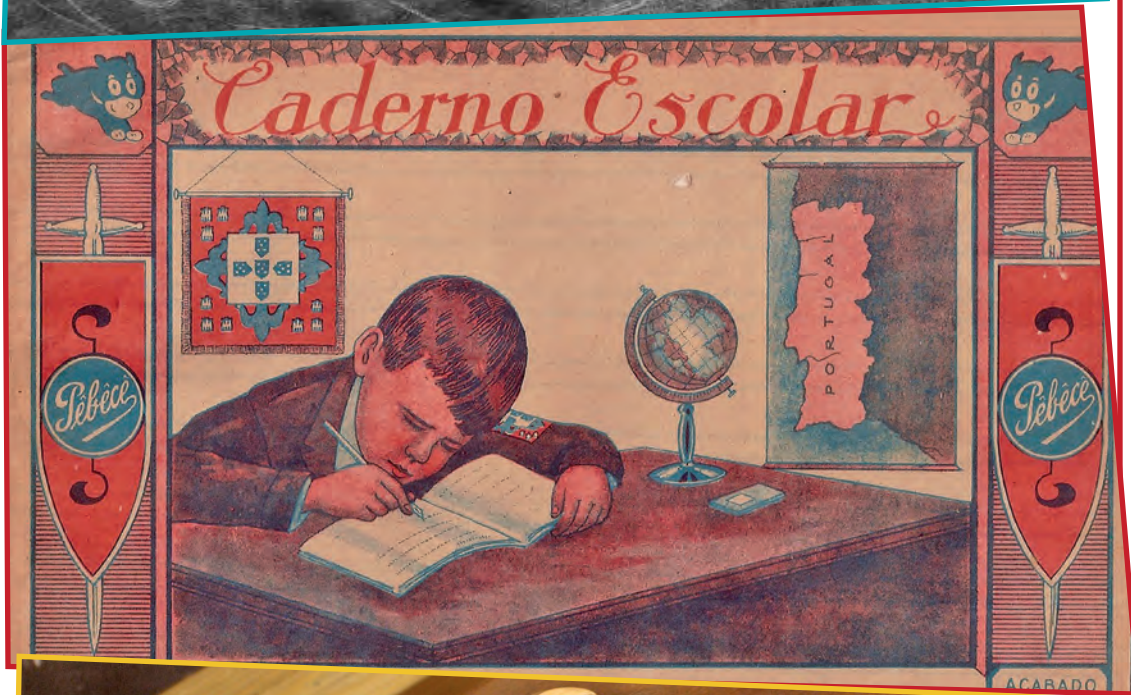
levar reguadas ou ficar em pé durante quatro horas ao pé da janela. O ambiente dentro da sala não era o melhor.

Usávamos uma bata branca e tínhamos uma ardósia, uma espécie de quadro de giz pequenino que se apagava com um paninho, onde fazíamos os exercícios. Também servia para apontar os trabalhos de casa, o que não era muito bom pois até chegar a casa as ardósias apagavam-se ao roçarem nas roupas.

Tinha apenas um caderno para todas as disciplinas. Materiais como réguas e afia, que não se gastam, teriam que durar até à quarta classe pois não havia dinheiro para mais. No recreio, costumava saltar à corda e jogar à macaca. Não havia educação física nem artes manuais, na minha altura. Por falar em brincadeiras, o meu pai tinha muito jeito para a carpintaria e, no tempo em que a neve caía, construía trenós para mim e para os meus onze irmãos. O único problema é que só havia três trenós e tínhamos de os partilhar o que até tornava ainda melhor a sensação de escorregar pela montanha.

Na minha sala, havia todas as classes, da primeira à quarta, só com raparigas, com a mesma professora. Os rapazes estavam noutra sala.

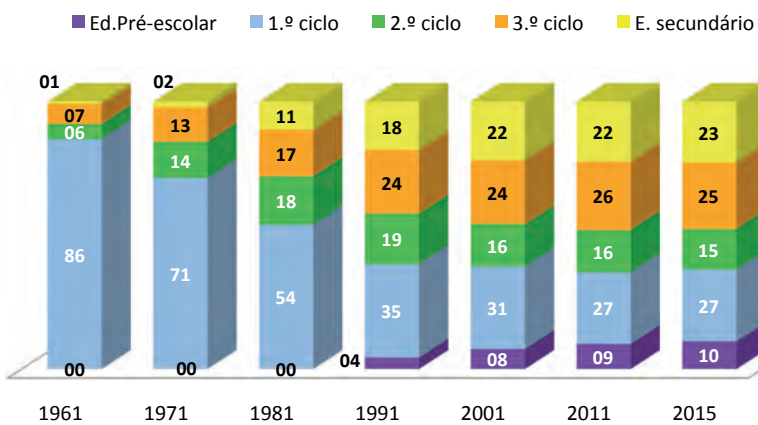
Eu levava almoço de casa porque não havia cantina. No tempo em que eu andava na escola, a vida de uma criança era dura e os tempos eram muito difíceis.



Escola pública, os números contam a sua história

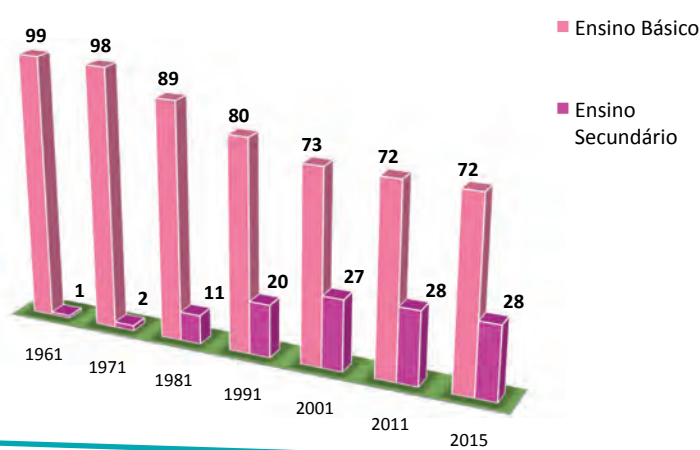
Em 2015, os estudantes que frequentam o ensino público, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário são, no total, 1 365 631.

Estudantes matriculados no ensino público
por nível de ensino (em percentagem)



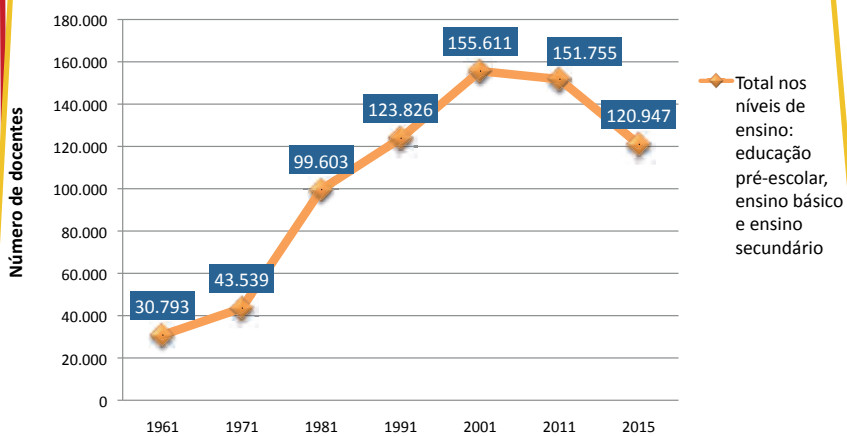
Alunas matriculadas

por nível de ensino (em percentagem)



Em 2015, no ensino público e no ensino privado os docentes em exercício são, no total, 141 274.

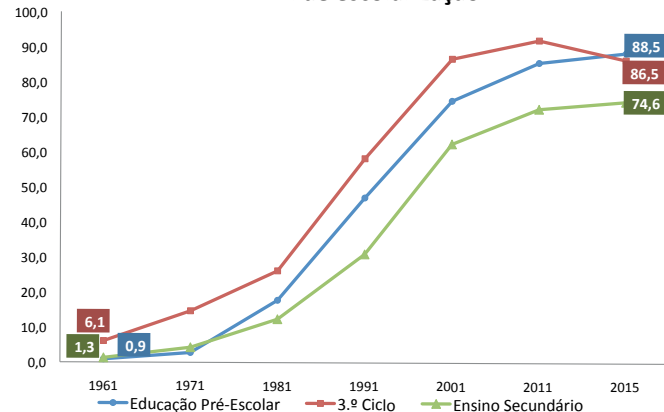
Docentes em exercício no ensino público



Nota: nos anos de 1961 a 1991 (inclusive) não estão disponíveis os valores para a educação pré-escolar.

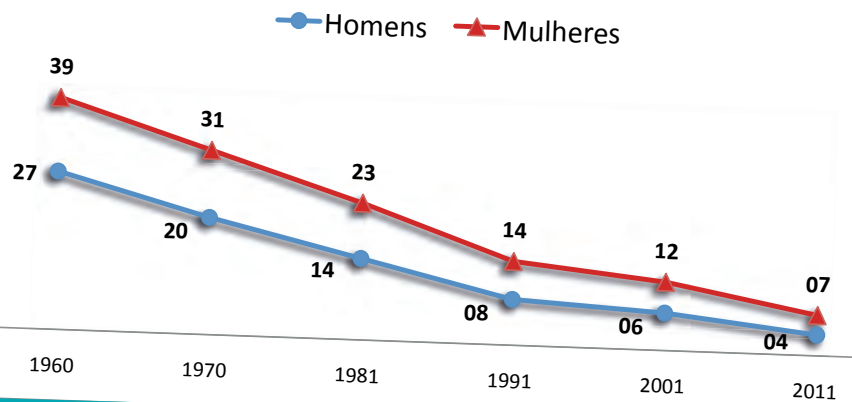
A taxa de escolarização é a relação percentual entre o número de alunos matriculados no ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Taxa real de escolarização



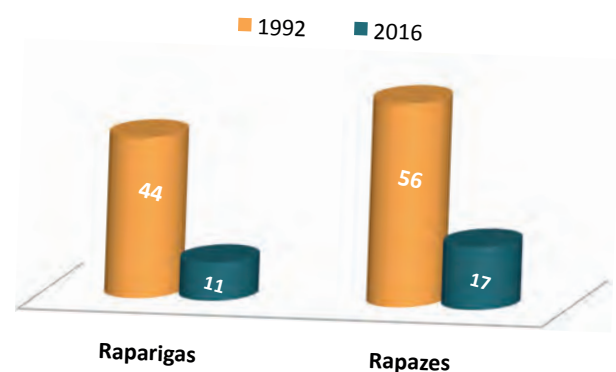
O valor global da taxa de analfabetismo era, em 1970, de 25,7% e em 2011 é de 5,2%.

Taxa de Analfabetismo



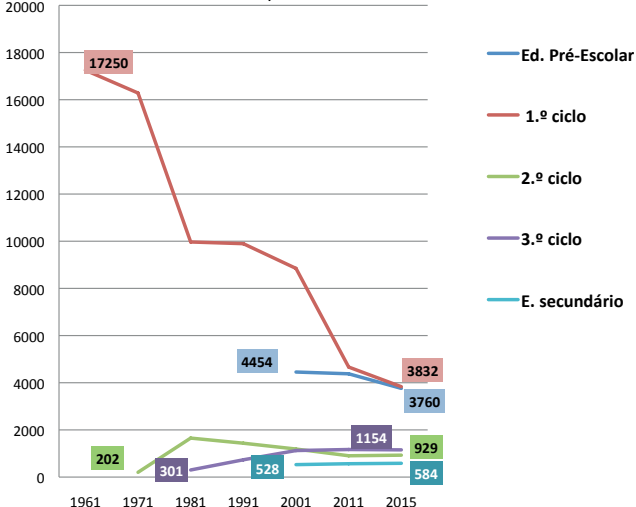
A taxa de abandono precoce de educação e formação é a percentagem de pessoas entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário.

Taxa de abandono precoce de educação e formação



Estabelecimentos do ensino público

totais por ano



Nota: cada estabelecimento de ensino é contado tantas vezes quantos os ensinos que ministra.

Escola Básica Dr. António Augusto Louro



Entrevista numa Unidade de Multideficiência

A integração dos alunos com deficiência passou das CERCI para as escolas. Houve um grande empenho e luta por parte de todos aqueles que se envolveram neste movimento de defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar destas crianças e adultos, com vista a concretizar os ideais da nossa Constituição e Lei de Bases do Sistema Educativo.

Há dias, tive a oportunidade de realizar uma entrevista às professoras Sílvia Fernandes e Maria José Legoinha que partilharam connosco a sua devoção por estes alunos.

Sílvia Deus (SD): Quando é que se iniciou a integração de jovens portadores de deficiência?

Sílvia Fernandes (SF): A declaração de Salamanca de 1994, aprovada na Conferência Mundial

sobre Necessidades Educativas Especiais, foi muito importante para a inclusão destas crianças nas escolas públicas. A primeira unidade do nosso agrupamento surgiu numa escola de 1.º ciclo, na Quinta da Courela, no ano 2006-2007, há dez anos, e quem a abriu foi a professora Maria José Legoinha. Depois alargou-se com a abertura de mais duas unidades no ano de 2008-2009, uma de 1.º ciclo e outra de 2.º ciclo. Em 2016-2017 abriu uma 2.ª unidade de 2.º ciclo, na escola sede.

SD: O que é que melhorou ao longo destes anos em relação ao ensino destes jovens?

SF: Tem-se notado um maior envolvimento dos alunos e professores relativamente às vivências dos meninos das unidades e uma maior

inclusão nas atividades que se fazem na escola. No entanto, ainda existem barreiras arquitetónicas que impedem que os alunos de cadeiras de rodas frequentem alguns espaços da escola.

Os apoios técnicos ao nível da psicomotricidade, fisioterapia e psicologia são prestados através de um protocolo que existe entre a nossa escola e a CERCIZIMBRA. Além destes apoios, os alunos da Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência (UAEM) beneficiam de transporte adaptado, desporto escolar adaptado (boccia), hidroterapia, musicoterapia, ateliê de culinária e ateliê de expressão plástica. Toda a planificação do processo educativo é adaptado ao perfil de funcionalidade dos alunos

e às suas características individuais. Os materiais que estes alunos utilizam são diversificados para lhes proporcionar o máximo de experiências que eles sozinhos não conseguem ter. O facto de estes alunos poderem frequentar a escola é fundamental para o seu desenvolvimento como pessoas integradas numa sociedade diversificada e que deve pautar-se por valores de igualdade de direitos e equidade para todos.

SD: Que balanço fazem da semana comemorativa da pessoa com deficiência?

SF: Foi bastante positivo. Foi uma iniciativa que proporcionou uma maior aproximação da comunidade escolar às unidades, sensibilizando para a importância da inclusão de todos os alunos e que contou com a participação

de várias turmas. O desafio chamava-se «Coloca-te no lugar do outro e faz um amigo». Houve atividades como pintar de olhos vendados, experimentar a cadeira de rodas, entre outras... Foi muito enriquecedor.

SD: Porque é que escolheram este tipo de ensino?

Maria José Legoinha (MJL): Sempre quis ser professora de meninos especiais porque gosto de os ver felizes e não há nada que me faça mais feliz que ver os seus sorrisos.

SF: Aconteceu... e estou a gostar muito, porque é realmente gratificante.

Sílvia Deus, Clube de Jornalismo

Dr. António Augusto Louro

Um patrono muito especial

O doutor António Augusto Louro teve uma grande influência no desenvolvimento do concelho do Seixal. Há quem diga que com este «visionário» o Seixal entrou na rota do século XX.

A sua farmácia, no Largo da Igreja, era um ponto de encontro de tertúlia literária e política do Seixal. Atento ao mundo, apontava o combate à ignorância, através da educação, como forma de desenvolvimento cultural do homem. Queria que os portugueses fossem mais livres, menos analfabetos e mais instruídos. A educação popular tornou-se para ele um objetivo muito claro. O analfabetismo tinha de ser combatido e, até ao fim da sua vida, manteve este pensamento. Criou uma escola, o Centro Escolar Republicano do Seixal, destinado a ultrapassar a falta de instrução dos operários. Começou assim a alfabetização de adultos.

Publicou livros e outros materiais didáticos, valendo a pena aqui destacar a *Cartilha Nacional* e a primeira parte da *Gramática e Fonologia Portuguesa*. Dinamizou a Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense, tornando-a um polo de interesse cultural para as gentes do concelho.

Por todas estas razões e mais outras que aqui não aparecem expressas, o Dr. António Augusto Louro foi escolhido e bem escolhido para patrono da nossa escola, uma escola que é de todos e é para todos.



Inês Rodrigues, Clube de Jornalismo da EAAL

Ser diferente na nossa escola

Na nossa escola,
ser diferente
é ser alma,
é ser gente,
É ter um amigo que nos
leva a sacola,
e que queira brincar
connosco à bola.

E no meio da brincadeira,
alguém nos empurra a
cadeira,
quer faça ou não asneira,
Ninguém leva a mal,
pois é nosso amigo,
cujo sorriso ilumina,
ainda mais,
uma fogueira.

Quando o autocarro
chega ao portão,
Logo sai o nosso amigo

João.
Bem-disposto vem ele,
Na cadeira
com computador.
É um menino especial,
colorido, diferente,
é um menino lutador.

E se outros meninos como
o João
precisarem de ajuda
Todos, no agrupamento,
estão prontos a ajudar,
professores, colegas
ou até a auxiliar.

Nos intervalos,
Todos queremos é brincar.
Com eles aprender a rir
e a conviver.
Todos diferentes, todos
iguais.

A brincar ou a estudar,
a nossa mente jamais
deles se deverá esquecer.

Os pais podem estar
descansados:
nunca os iremos magoar.
Adoramos estes petizes
e jovens aprendizes
e queremos que sejam
todos,
sem exceção,
sempre muito felizes!!!

Margarida Duarte Santos,
Clube de Jornalismo da EAAL

A deficiência

A palavra deficiente
Não deveria existir,
Bastava dizer «diferente»
E este tema abordar,
Zelando por uma boa causa
E jamais desistir.

A minha escola está de parabéns,
Pois recebe bem estes meus colegas diferentes.
Quantas escolas o fazem?
A generosidade deverá prevalecer
Em todos os corações conscientes,
Mas apelar, principalmente,
A todas as mentes inconscientes.

Admiro os meus colegas diferentes
Porque, ao contrário do que se pensa,
Têm muitas virtudes e qualidades
E ensinam-nos tanto
Com uma ternurenta recompensa.

A vida dos meninos diferentes
é difícil,
Não só por aquilo que os limita,
Mas pelos olhares, sussurros inconscientes
Das pessoas que não querem que eles existam,
E que poderiam ser seus filhos,
Aprendizes limitados,
Mas inteligentes.

Admiração, apoio, amizade, disponibilidade
São as palavras-chave
Que deveríamos sentir, pensar e dizer
Daqueles que necessitam da nossa amabilidade,
Dos que sofrem calados
E que possuem um coração repleto de bondade.

Nós, de certo modo,
Somos também diferentes.
E sabem porquê?
Porque só nos preocupamos com o nosso mundo
Sem sequer olharmos à nossa volta
Para vermos se alguém necessita da nossa mão,
Do nosso sorriso
Enfim, dum pouco de nós.
Que o ser humano tenha consciência
E ganhe um pouco de juízo!

Eu chamo deficiência
às maldades, aos abusos, às violências
Que nós, ditos «normais», praticamos
num mundo cheio de egoísmo e aparências.
Sem nos apercebermos,
Todos nós sofreremos com as consequências

Rodrigo Aguiar, Clube de Jornalismo da EAAL

Escola Básica Paulo da Gama

Escola do passado

Das escolas do passado, sobram lembranças e símbolos que permanecerão na memória dos menos novos. Para os mais jovens são objetos ou elementos de outras histórias que não as suas.

Cartilha Maternal de João de Deus

A *Cartilha Maternal* de João de Deus foi um livro muito utilizado para a aprendizagem da leitura na escola primária (o atual 1.º ciclo). Quem escreveu este livro foi João de Deus, um poeta lírico e pedagogo. Ao contrário dos dias de hoje, este livro foi utilizado durante muitos anos, aproximadamente meio século, depois de ter sido lançado em 1876, após a morte de António Feliciano de Castilho. Este tinha um método «rival» ao de João de Deus.

O método João de Deus agradou a muitos professores de português, ganhando, assim, vários seguidores (não, não são os seguidores das redes sociais!).

O livro tinha 139 folhas (eu sei, são muitas páginas para um livro de leitura!) e, mesmo com a oposição do Método Português Castilho, o método de João de Deus tornou-se famoso.

Esta cartilha deu origem a muitas outras que ainda são reeditadas nos tempos de hoje.

Livro único

A presença dos manuais escolares na sala de aula, sendo habitual, tem sofrido alterações ao longo dos tempos.

Os métodos de ensino mais divulgados no período do Estado Novo tinham o manual como suporte da informação.



O modelo estava estruturado para transmitir a informação. O professor tinha esse papel de transmissor e nada mais eficaz do que ter um manual livro único. Estes manuais refletiam os valores tradicionais e ideológicos do Estado Novo. A existência de um livro único por disciplina e por ano, igual para todas as escolas e que se mantinha durante anos, era um contributo importante para a formatação dos alunos, limitando o acesso à informação e à liberdade de pensamento.

Quadro negro e lousa

O quadro negro era uma peça fundamental do mobiliário escolar.

O seu uso generalizou-se no final do século XIX, quando se começou a consolidar o sistema público de instrução elementar e cresciam as exigências de um mínimo de mobiliário e material escolar.

A lousa ou ardósia, trans-

portada muitas vezes numa saca, compunha o material escolar do aluno, chegando a ser o seu único instrumento de trabalho, antes da generalização do uso dos cadernos escolares. Para apagar o que escreviam na lousa, os alunos usavam um paninho que podia ser molhado.

Só depois de os alunos saberem escrever bem e com caligrafia bonita nas pedras de lousa é que lhes era permitido começar a escrever em folhas ou cadernos com tinta e pena de aço.

«O meu avô entrou para a escola em 1952. Os alunos levavam um saco com uma ardósia e um giz.» (Tiago Caldinhas)

As escolas primárias no tempo do Estado Novo

As escolas não eram mistas: havia escolas para os rapazes e escolas para as raparigas.

Se a escola fosse mista, deveria ter turmas masculinas e turmas femininas e

o espaço de recreio de uns e de outros, muitas vezes, era delimitado. Se o edifício fosse só um, deveria ter duas entradas distintas, para rapazes e para raparigas.

A sala de aulas tinha as mesas alinhadas – podiam ser aparafusadas ao chão – com os bancos pegados. Existia um estrado de madeira alto junto ao quadro onde ficava a secretária do professor, de modo a que este estivesse numa posição superior em relação aos alunos.

Na mesma parede do quadro, havia sempre um crucifixo, estando do lado direito um retrato do chefe do governo (presidente do Conselho de Ministros, como então se designava) e do lado esquerdo um retrato do Presidente da República. O crucifixo explica-se pela orientação cristã que era dada ao ensino – havia uma Concordata entre o Estado Português e a Igreja Católica.

Os alunos usavam bata, na qual estava bordado o seu número escolar.

Eram aplicados frequentemente castigos, alguns deles castigos corporais muito severos.

«Na 3.ª classe, uma vez, num intervalo, o meu avô e os colegas foram para o recreio das raparigas, o que deu direito a uma série de reguadas do diretor da escola.» (Diogo Machado)

A menina dos cinco olhos

A «menina dos cinco

olhos», palmatória, Santa Luzia... seja qual for a designação, esse objeto de muitos nomes tinha um significado: sanção disciplinar.

A «menina dos cinco olhos» estava sempre bem guardada na sala de aula, pronta a manter o respeito (o medo!) e a ordem.

«Um aluno da classe do meu avô escondia a régua da professora todos os sábados, para na segunda-feira não terem de levar reguadas.» (Tiago Caldinhas)

Caderno de duas linhas

O caderno de duas linhas, como o próprio nome indica, é um caderno composto por conjuntos de duas linhas, nas quais se escrevia. Servia, portanto, para auxiliar na aprendizagem da escrita, pois ajudava a escrever letras de igual dimensão.

Este tipo de caderno foi usado durante muitos anos, entrando depois em desuso, mas ainda hoje se encontra à venda.

Característico do período do Estado Novo, o caderno de duas linhas simboliza, através das suas linhas limitadoras, as regras e os limites em que as pessoas deviam basear o seu comportamento social e moral, sem desvios, de acordo com o poder imposto.

Daniel Fonseca, 8.º D, Diogo Machado, 7.º B, Gonçalo Ribeiro, 6.º C, Inês Braga, 6.º B, Tiago Caldinhas, 7.º B



Escola do futuro

Imaginemos que avançamos 100 anos no tempo! E se de repente ficasse tudo diferente? E se vivêssemos noutra planeta? Mas a pergunta mais importante é: COMO SERIA A ESCOLA?

Por fora, seria um edifício envidraçado, com apenas duas cores, o branco e o preto. O edifício seria tão alto que teria cerca de 10 andares, um andar para cada ano de escolaridade. Nos vidros, projetar-se-iam notícias alusivas à escola e a porta abrir-se-ia com o padrão de voz de cada aluno.

A palavra-chave seria: «futuro». Ao entrar na escola, veríamos alunos com telemóveis, *tablets* e portáteis nas mãos. No primeiro piso estaria o bar, o refeitório e uma zona de descanso.

O segundo piso seria destinado aos alunos do 5.º ano: no lado direito estariam as salas de ciências e os laboratórios de físico-química; do lado esquerdo, as salas para as outras disciplinas e, num recanto, as casas de banho,

com sanitas inteligentes. O terceiro piso seria para os alunos do 6.º ano e poder-se-ia encontrar também um salão de videojogos para entretenimento nos tempos livres.

O quarto piso seria dedicado aos alunos do 7.º ano. Poder-se-ia encontrar uma sala de cinema.

O quinto piso seria para os alunos do 8.º ano, enriquecido com uma belíssima piscina.

O sexto piso seria para o 9.º ano com um parque de diversões. O sétimo piso seria a sala onde os professores fariam os hologramas das aulas para explicarem as matérias.

O oitavo piso poderia ser a biblioteca, enorme, cada estante com milhares de *tablets* à disposição de todos, armazenando imensos livros digitais.

No nono piso encontrar-se-ia o ginásio com balneários individuais.

O décimo piso teria uma grande varanda com um café para alunos e respetiva

esplanada. As salas de aula, rodeadas de árvores frondosas, seriam bem diferentes! O chão e as paredes das salas mudariam de cor, consoante o nosso estado de espírito e as nossas emoções: verde para a alegria, rosa para a paixão, azul para a tranquilidade, ... Não seria preciso carregar uma mochila com 6 kg de peso, como acontece hoje em dia, seria apenas necessário transportar o próprio *tablet*. O *tablet* teria tudo incluído: os manuais e os cadernos de cada disciplina, bem como outros suportes. Os professores dariam as suas aulas através de hologramas e, desse modo, poderiam lecionar várias turmas ao mesmo tempo! Pode ser que tudo isto aconteça um dia, quem sabe em 2116 ou 2117, mas, por enquanto, estamos em 2017 e a escola é outra.

Trabalho realizado por: Beatriz Rodrigues, 8.º C e Lara Inácio, 8.º C

Educação artística

A maioria dos alunos pensa que na escola aprendemos apenas o que vem nos nossos manuais e depois fazemos trabalhos e testes sobre o que aprendemos. Mas esta ideia está muito errada e antiquada, pois as escolas também promovem todo o tipo de arte.

Todos os alunos devem poder ser instruídos nestas vertentes sem terem de pagar. As artes devem ser encaradas como disciplinas iguais às outras. A música, por exemplo, consegue juntar diversas disciplinas numa só. A dança é uma forma de demonstrar ideias e sentimentos sem ser necessário o uso de palavras. O teatro ajuda as pessoas a passarem de introvertidas a extrovertidas e a conseguirem enfrentar o público. A escrita torna-nos mais cultos e permite-nos expressar os nossos pensamentos sobre diversos temas e o desenho permite-nos aperfeiçoar a geometria e mostrar a nossa visão do mundo.

O mundo da arte é maravilhoso e qualquer pessoa que entre nele sabe do que estou a falar. A arte contribui para nos soltarmos e para sermos mais felizes. A melhor parte é que, por vezes, a arte acalma os alunos mais rebeldes. Estes sentem que já têm algo a que se dedicar quando estão zangados ou se sentem incompreendidos. Experimentem fazer arte. Sei que não se vão arrepender.

Inês Braga, 6.º B



Escola Secundária de Amora

Escola pública – A escola (com)vida

No mundo, cada indivíduo é um ser: único, especial, singular. Como a escola nada mais deve ser que uma preparação para a vida adulta em sociedade, o conceito de indivíduo é também aplicável ao recinto escolar — cada aluno é diferente, com a sua própria personalidade. Ninguém deve ser obrigado a tornar-se algo que não é ou que não quer ser. A escola pública foi concebida para incluir toda a comunidade, não excluir ninguém, independentemente da idade, sexo, cor

de pele, religião, capacidades... a diferença é aceite e incentivada: na escola pública não se criam modelos de fábrica, da mesma série donde saíram pais e avós; criam-se artigos únicos e artesanais, feitos com a atenção e o carinho que a fria fábrica não proporciona. O grande e principal objetivo é abrir os braços àqueles que querem aprender, nunca deixando ninguém de fora. A escola pública prepara alunos de todas as classes sociais, não importando donde vêm ou para onde querem ir, que caminho escolherão seguir com os conhecimentos que adquirirem. Um estudo recente, efetuado pela Universidade Católica, demonstra que os alunos de uma escola pública têm mais sucesso nas suas carreiras universitárias, uma vez que são preparados para os problemas de um futuro incerto e em constante mudança, em vez de os formatarem para tipologias



uniformes de respostas em sede de exames nacionais cujo resultado brilhante, os famigerados «rankings», que ajudarão, por sua vez, a mais seleção e elitismo. O desafio será diversificar os métodos de ensino para que todos consigam entender, face a diferentes necessidades de aprendizagem. Não há seleções! Há a oportunidade de evolução de conhecimentos, de olhos alheios ao estatuto social do aluno, se tem mais ou menos dinheiro, se é ou não de nacionalidade portuguesa. Cada aluno traz consigo uma parte da sua cultura para um ambiente de partilha e aprendizagem em grupo que promove a igualdade, a aceitação e o diálogo pacífico entre culturas, que origina uma nova comunidade dentro do recinto escolar, tão rica e tão cheia de vida, em que todos têm os mesmos direitos, entre os quais o mais importante: aprender! É a essa diversidade

de culturas, convivendo harmoniosamente, que a escola pública deve as suas cores. Não se trata, pois, de uma escola a preto e branco, onde as diferenças não estigmatizam, antes motivam; queremos uma escola pública que se orgulha do arco-íris da sua multiculturalidade, onde as diferenças acrescentam, em vez de condicionarem. Só a escola pública pode responder aos anseios de uma comunidade, sem constrangimentos ao nível do estatuto social, limitação física, imagem elitista ou marca seletiva. Só ela pode apostar nas mais diversas valências que desaguarão no prosseguimento de estudos, para aqueles que o desejarem, no ensino de cariz profissionalizante, para quem pretenda entrar mais cedo no mundo laboral, ou na formação de adultos, para todos os que, pelas mais diversas razões, não concluíram a sua formação de base e queiram fazê-lo em horário pós-laboral

ou, ainda, para aqueles que desejem ver reconhecidas as competências adquiridas ao longo da vida. Os projetos educativos serão, aqui, fatores agregadores das comunidades envolventes pois são a resposta da escola à sociedade que dela necessita; não poderão nunca ser obstáculos limitadores do acesso generalizado e muito menos peças de retórica que apenas servem para condicionar, limitar, seriar, selecionar, promovendo o elitismo e a conseqüente segregação. A escola pública será a escola do futuro pois assenta numa sólida base de valores que, ao serem postos em causa, um pouco por todo o mundo, mais razões teremos para os continuarmos a cultivar com a maior dedicação e cuidado. Vivemos e sentimos a nossa escola como uma sólida preparação para a vida; não a viveremos nunca como uma via de sentido único em direção a um modo de vida,

de preferência socialmente reconhecido, convenientemente remunerado e, se possível, assegurando a prossecução da tradição familiar. Em tudo isto, onde pode entrar a vontade e a vocação do aluno? A grande virtude reside no facto de a escola pública proporcionar o acesso à realização plena; porém, isso acontecerá por mérito próprio e nunca por desvios ou inversão de valores. A escola pública será sempre aquela que convida todos para o seu seio; não condiciona a entrada com «*numerus clausus*» para salvaguardar a escolha seletiva, o estatuto social ou a própria sucessão dinástica. Será igualmente uma escola com vida, onde se misturam os valores, as culturas e as cores da pele, tudo unido num coquetel de fusão saudável que vai da multiculturalidade à tolerância, da solidariedade à universalidade dos direitos humanos. Um país que não garanta a força da escola pública arrisca-se a entrar numa irremediável decadência e subdesenvolvimento. Se a democracia foi a força criadora da escola pública, esta será, porque a matéria prima é fértil, o garante e salvaguarda dos valores democráticos.

Alexandre Gatinho, Bárbara Gourgel, João Gracioso, Raquel Teixeira, 10.º B, e André Pimenta, 10.º F.



Anabela Coelho,
aluna do Curso de Educação e Formação de Adultos
«Frequentar uma escola pública dentro do programa de cursos noturnos foi muito enriquecedor e estimulante.»



Olga Malik
(à direita, acompanhada da sua professora)
«Estudar numa escola pública foi uma experiência única.»



Bruna Neto,
aluna com surdez profunda, a frequentar um curso profissional:
«Nesta escola pública sou uma entre iguais.»



Flávio Sá,
modelo, estudante do Instituto Superior de Educação e Ciências, melhor aluno do Programa Escolas em Portugal.
«[...] essa escola pública que tanto me ajudou a crescer e a viver grandes momentos.»



Maura Neto,
aluna paraplégica, a frequentar um curso profissional
«A escola pública aceita e respeita a diferença. Quando entrei para a ESA, não houve aqueles olhares de lado pelo facto de eu andar de cadeira de rodas; além disso, tem pessoas que tentam ajudar de maneira diferente.»

Centro de Qualificação e Formação de Adultos

Qual é melhor? Escola pública ou privada? Esta é uma questão controversa e que causa muitos debates. Obviamente que ambas têm qualidades e defeitos, prós e contras, valências e imperfeições, e ambas oferecem projetos e oportunidades diferentes. Uma dessas oportunidades é o Centro de Qualificação (CQ) oferecido pela escola pública. O CQ é um projeto, criado em fevereiro de 2014, que veio substituir estruturas semelhantes extintas em 2012-2013, com o intuito de ajudar alunos com mais de 18 anos que estão no secundário e alunos com idade igual ou superior a 15 anos que frequentem o ensino básico. Tivemos a oportunidade de falar com a coordenadora do CQ na Escola Secundária de Amora (ESA), a professora Filomena Neiva, que entre-

vista os candidatos, explica no que consiste o projeto e passa os candidatos a colegas que fazem o encaminhamento. O CQ fornece várias alternativas que variam dependendo do candidato: Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Os adultos fazem um portfólio cumprindo o que consta do referencial de competências-chave (nível básico ou nível secundário) e têm uma sessão de júri, que pode ser escrita ou oral. O básico tem a duração de 4 a 6 meses para cada nível de escolaridade e o secundário é de 8 a 12 meses, consoante o desenvolvimento do trabalho do candidato. O ensino básico tem vários níveis de escolaridade: B1, B2 e B3. Outra oferta é a formação que é feita na escola ou numa entidade formadora,

que pode ser um Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA), a nível secundário. A principal diferença é que o RVCC é trabalhado com os formadores e técnicos do Centro Qualifica. A formação é desenvolvida numa escola ou numa entidade formadora e é em regime presencial e noturno. A outra oferta a nível secundário é o Ensino Recorrente por módulos – regime presencial ou regime não presencial. No regime presencial há aulas todos os dias, assim como no ensino regular, e no ensino não presencial é o candidato que estuda sozinho e tira dúvidas na escola. O CQ é apenas uma das várias ofertas fornecidas pela escola pública, que se está a tornar cada vez mais numa escola para todos. «É uma escola para todos porque nós aqui temos formações

diversificadas e recebemos alunos das mais diferentes origens», comentou a coordenadora do CQ «e nós, conhecendo a ESA, vemos isso, temos uma escola multicultural, temos alunos portugueses, temos alunos cujas famílias são oriundas dos países africanos de língua oficial portuguesa, temos da Europa de Leste,

já tivemos alunos de Inglaterra, França, é uma escola multicultural e penso que a escola pública deveria ser isso e receber toda a gente.»

Francisco Assis e Gonçalo Silva,
10.º F



Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira

Escola pública, património nosso

«A educação é um direito do ser humano, seja ele quem for, esteja onde estiver, seja da força política que entender, tenha a cor de pele que tiver... o acesso à educação é um direito do ser humano»

Vanessa Silva, vereadora do Pelouro da Educação, Juventude e Modernização Administrativa da Câmara Municipal do Seixal

Algures no coração da Revolução Liberal de 1820, são tomadas medidas, algumas das quais notáveis nos seus enunciados pragmáticos e pedagógicos, relativas a assuntos de superintendência do ensino e reformas da instrução primária, secundária e superior.

A essa herança junta-se a marca da República Portuguesa, proclamada a 5 de outubro de 1910, que atua de forma profunda e eficaz ao nível da educação e do ensino.

Antes de iniciar qualquer reforma, a República procede à extinção das ordens religiosas. A República faz o combate ao atraso endémico e às elevadas taxas de analfabetismo. Em 1911 foi criada a reforma que abrange o ensino infantil e o ensino primário. Quanto ao ensino secundário, é finalmente posto em prática o princípio da coeducação dos sexos feminino e masculino, mas a sua reforma só tem lugar em 1917 e 1918.

Com o golpe militar de 28 de maio de 1926, que deu origem à mudança de regime e ao início da ditadura do Estado Novo em Portugal (1933-1974), a escola e o ensino sofrem profundo retrocesso, sobretudo de carácter ideológico. Assim se cria a chamada «escola nacionalista», com base na mundivisão totalizante que transportava a visão



salazarista de sociedade e num aparelho de inculcação ideológica autoritária.

Nasce uma conceção diferente do papel da escola sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, assente «no pensamento moral que dirige a Nação» em «educar politicamente o povo português», de acordo com o ideário do Estado Novo.

À semelhança de outros regimes fascistas da Europa, a educação sustenta-se na matriz ultraconservadora de rigorosa unicidade ideológica e política, definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda do regime.

Os programas escolares são reduzidos à aprendizagem escolar de base e de acordo

com os princípios ideológicos do regime, determina-se a adoção de «livros únicos» nas principais disciplinas formativas do ensino primário e secundário, proíbe-se a coeducação, reduz-se o ensino primário, extingue-se o complementar e as escolas normais superiores, criam-se nas regiões rurais os «postos de ensino», cujos «mestres» - os regentes escolares - em muitos casos sabiam apenas ler e escrever, lança-se a organização miliciana de enquadramento da juventude, a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (MP), de inscrição obrigatória para os alunos do ensino primário ao secundário e a quem vai ser entregue o monopólio de

todas as atividades desportivas e das iniciativas culturais ou recreativas circum-escolares.

Estava em marcha a dinâmica fascizante das organizações de mobilização e enquadramento através da escola e educação que provocou enorme atraso educacional do país.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 repõe o Estado democrático e constrói a escola que ficou conhecida como democrática, alicerçada em valores como a igualdade de oportunidades (de acesso) para todos, a democraticidade, a integração comunitária, a cidadania democrática, a liberdade e a justiça social, articulados com uma ideia de autonomia.

A nossa Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, é muito clara quando impõe ao Estado o dever de garantir uma rede pública de estabelecimentos que sirva as necessidades e os interesses de toda a população; ao estabelecer o ensino público como uma função pública essencial do Estado, fator de desenvolvimento e progresso e instrumento fundamental para a valorização social e pessoal dos cidadãos e ao declarar o compromisso que aprender é um direito universal, sem discriminações de qualquer tipo. Contudo, ainda há muito que fazer pela escola pública, pela educação universal e democrática. Entre outras, as questões de género. As raparigas conquistaram a educação e a formação, mas sabemos que ainda há áreas entendidas como mais masculinas e outras mais femininas, apesar da evolução.

A escola pública é, de facto, esse pilar essencial da igualdade e garante do acesso de todos à educação e ao ensino público. De facto, assume um papel fundamental e insubstituível na consolidação da sociedade democrática baseada no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios de cidadania, sociais e éticos, irrepreensíveis.

Debate sobre a escola pública

No dia 9 de março, o projeto *Jornal Interescolar* juntou, num encontro de trabalho, alunos e professores de escolas do concelho do Seixal, que teve como oradores convidados Mário Nogueira, professor e dirigente sindical que tem dedicado os últimos 20 anos ao sindicalismo profissional, e Vanessa Silva, vereadora do Pelouro da Educação, Juventude e Modernização Administrativa da Câmara Municipal do Seixal. Foram colocadas questões pertinentes e o facto de nos ter sido devolvida a pergunta sobre «qual o papel dos jovens na defesa da escola pública?» permitiu clarificar ideias e levar-nos a refletir sobre «mas afinal o que é que esta escola pública tem como espaço de intervenção? e de diferente se avançar o processo de municipalização?»

A vereadora Vanessa Silva deu o seu testemunho pessoal de participação numa associação de estudantes, quando foi aluna da escola pública anos após a Revolução de 25 de Abril de 1974, e depois enquanto eleita pelos colegas como representante dos alunos ao conselho diretivo da escola que à data frequentava. Nessa época, os estudantes tinham representantes dos estudantes no conselho diretivo. Era uma forma dos alunos participarem na vida da escola. Os estudantes não participavam em todas as deliberações, como era o caso de decisões relativas à avaliação, mas participavam em deliberações importantes de procedimentos da escola e a tomada de decisões tinha a participação



e o envolvimento dos estudantes. «Seria este tipo de soluções (de presença em órgãos diretivos ou pedagógicos) que levaria a que, neste momento, os alunos participassem mais na vida da escola?» Estamos em crer que sim. O testemunho dos alunos presentes no encontro de trabalho confirma que as intervenções dos estudantes na vida da escola reduzem-se à existência e envolvimento nas associações de estudantes. Relativamente ao processo de municipalização, colocou-se a questão «entregar um setor estratégico nacional – como o é a responsabilidade do ensino público, universal, democrático e laico – a um poder autónomo dos municípios não põe em causa as funções sociais do Estado para com a escola Pública e o carácter universal e gratuito do sistema de ensino? É como se o Estado dissesse: “Esta matéria não é importante, do ponto de vista nacional?”» E, de facto, os oradores esclareceram que o processo de municipalização que está

em curso e está a avançar no sentido de «mais municipalização» pode pôr em causa o carácter da escola de todos para todos. Torna-se evidente, no quadro da autonomia, a soberania de cada município tomar decisões relativamente à escola pública e isso pode pôr em causa o seu carácter universal. Todos os portugueses têm direito à educação da mesma forma, nunca sujeita a formas diferentes de entendimento sobre o grau de investimento na educação. No fundamental, as matérias de educação devem continuar no âmbito da Administração Central, porque «a universalidade não é a soma das partes». Naturalmente a aposta deveria ser no processo de regionalização administrativa. A discussão sobre municipalização do ensino ou descentralização de competências para os municípios tem sido promovida pela Câmara Municipal do Seixal junto dos agrupamentos de escolas, no entanto a participação dos estudantes é quase inexistente, daí o apelo da vereadora do Pelouro da Educação no sentido de

maior participação, de forma a que os estudantes sejam ouvidos nessa matéria. Mário Nogueira deu resposta a questões essenciais como a educação para a cidadania, o conceito de inclusão que transcende o de integração e exige condições para que todos estejam na escola e tenham sucesso; abordou o novo perfil do aluno que implica alterações curriculares e pensar a educação para o futuro, enquanto necessidade de uma educação positiva que não exclua ninguém e, finalmente, falou-se do ensino artístico que só tem resposta pública em sete escolas públicas. Ficou muito claro que a escola pública é um compromisso do Estado, o Estado tem que se comprometer com a resolução de problemas para garantir uma rede pública que sirva as necessidades e os interesses de toda a população.

Ficha técnica

Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira

Professor: Ana Paula Gonçalves – professora bibliotecária
Alunos: Ana Mafalda Campaniço – 12.º ano, Francisca Ribeiro – 12.º ano, Liliana Oliveira – 12.º ano, Luana Fernandes – 12.º ano, Priscila Milene – 11.º ano, Beatriz Encarnação – 10.º ano, Beatriz Ribeiro – 10.º ano, Gabriela Paiva – 10.º ano, Lara Magalhães – 10.º ano, Maria Inês Mendes – 10.º ano, Tatiana Nunes – 10.º ano, Daniel Brás – 10.º ano, Margarid Bernardo – 10.º H2

Escola Secundária Dr. José Afonso

Professores: Dora Pinheiro, Dulce Oliveira, Alice Santos
Alunos: Laura Fernandes – 7.º ano, Laura Santos – 7.º ano, Rita Oliveira – 7.º ano, Elton Amado – 7.º ano

Escola Secundária Manuel Cargaleiro

Professores: Júlia Freire, Maria José Moreira, Jorge Duarte, Luísa Pereira
Alunos: Maria Margarida – 10.º ano, Catrina Valada – 10.º ano, Patrícia Lima – 10.º ano, Gonçalo Felizardo – 11.º ano, Joana Armário – 11.º ano, Jéssica Lagrosse – 11.º ano, Ruana Lopes – 12.º ano

Escola Secundária de Amora

Professores: Simão Cadete e Sandra Videira
Alunos: Bárbara Gourgel – 10.º ano, João Gracioso – 10.º ano, Alexandre, Gatinho – 10.º ano, Raquel Teixeira – 10.º ano, André Pimenta – 10.º ano, Gonçalo Silva – 10.º ano, Francisco Assis – 10.º ano

Escola Secundária João de Barros

Professores: Cláudia Álvaro e Cristina Gaspar
Alunos: Beatriz Silva, Jecilene Dantas, Mónica Moura, João Falamino, Diogo Esteves, Esmael Piedade, Mariana Barreiros, Matilde Santos, Pedro Timóteo

Escola Básica António Augusto Louro

Professores: Anabela Pires Carreira, Beatriz Botelho, Isabel Preto, José Plácido e Ladislau Albuquerque
Alunos: Ana Nogueira, 6.º C, Sílvia Deus, 6.º J, Rodrigo Aguiar, 6.º H, Inês Rodrigues, 6.º I, Margarida Duarte Santos, 6.º J, Alexandre Varge 5.º I, Lara Inácio 5.º I, Rita Ramos 5.º I, Bruna Ruano 6.º A, Matilde Peixoto 6.º A, Joana Figueira 5.º L, Matilde Pereira 5.º L, Inês Rodrigues 6.º I, Carolina Lopes 6.º J, Inês Tavares 5.º B, Jéssica Simplício 5.º B, Beatriz Moreira 6.º H, Bárbara Estanqueiro 6.º H, Guilherme Abreu 6.º H, Mariana Garcia 6.º H, Melany Mascarenhas 6.º H, Veronice Mascarenhas 6.º H, Matilde Pereira 6.º H, Inês Ferreira 6.º H, João Seixas 6.º H, David Magalhães, 6.º H

Escola Básica Paulo da Gama

Professor: Carlos Carrasco
Alunos: Daniel Fonseca – 8.º ano, Diogo Machado – 7.º ano, Gonçalo Ribeiro – 6.º ano, Inês Braga – 6.º ano, Tiago Caldinhas – 7.º ano, Beatriz Rodrigues – 8.º ano, Lara Inácio – 8.º ano

Edição e paginação: Câmara Municipal do Seixal

Impressão: Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, SA – Rua Consiglieri Pedroso – Casal de Santa Leopoldina – Queluz de Baixo – 2745-553 Barcarena –

Tel.: 214 345 400 Fax: 214 360 542

Tiragem: 8000 exemplares

Distribuição gratuita



Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira



Escola Secundária de Amora



Escola Secundária João de Barros



Escola Secundária Manuel Cargaleiro



Escola Básica Dr. António Augusto Louro



Escola Secundária Paulo da Gama



Escola Secundária Dr. José Afonso

